

O DIFÍCIL CAMINHO DAS PRIMEIRAS LETRAS. CAMPINAS, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX *

Valter Martins – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Campinas passou a ter status de cidade apenas em 1847 quando passou a ter essa denominação que chegou até os dias atuais. Surgida no século XVIII como bairro rural de Jundiáí, conhecido como Campinas do Mato Grosso, reunia, segundo o primeiro censo realizado em 1767, 38 fogos somando 155 habitantes (sem contar os escravos), todos pequenos agricultores.¹

Fundada a primeira capela em 1774, tornou-se Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas. Em 1797, foi elevada à condição de vila, recebendo o nome de São Carlos, em homenagem à Carlota, recém nascida filha de Dom João e Dona Carlota Joaquina.²

Com sua economia voltada inicialmente para a agricultura de subsistência, a partir do final do século XVIII Campinas passou a produzir cana-de-açúcar para exportação, vindo a tornar-se o maior produtor de açúcar da província de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX. A cultura açucareira se desenvolveu naquele momento estimulada pela elevação de preços do produto no mercado internacional, motivada pela revolta social ocorrida no Haiti, principal produtor no final do século XVIII.³

O chamado “ciclo” do açúcar paulista teve, no entanto, vida breve. No final da década de 1830, outro produto agrícola voltado à exportação, o café, passou a ocupar cada vez mais terras na região, transformando o cultivo da cana em uma atividade secundária, voltada ao consumo local. A lavoura cafeeira tornou-se, durante o século XIX e primeiras décadas do XX, na grande fonte geradora de riquezas no Brasil.

* * *

Em um mundo dominado pelo rural, onde o trabalho nos canaviais, cafezais e outros lugares foi durante muito tempo realizado por escravos, as coisas relativas à educação nem sempre eram vistas como prioridade, tanto por autoridades como por pessoas comuns. As oportunidades para estudar eram restritas, pouco acessíveis à maior parte da população, constituída em grande parte por pequenos agricultores pobres.

* Outra versão deste texto foi encaminhada para apresentação no 51º Congresso Internacional de Americanistas.

¹ A palavra fogo era usada como sinônimo de domicílio. PUPO, Celso Maria de Mello, *Campinas, seu berço e juventude*, Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969, p.28.

² Informadas essas mudanças de denominação e status, de agora em diante utilizarei apenas o nome atual: Campinas.

³ Sobre esse período ver: PETRONE, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo (expansão e declínio, 1765-1851)*, São Paulo, DIFEL, 1968; QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de, "Algumas notas sobre a lavoura o

Os professores eram poucos, não apenas pelos ossos do ofício já naqueles tempos como pelas exigências oficiais para exercê-lo. Entre 1804 e 1809, o padre Diogo Antonio Feijó, futuro regente do império, foi o único professor de latim em Campinas, estabelecendo-se depois na cidade de Itú.⁴ Nesse mesmo tempo, Custódio Luis Afonso⁵ ganhava seu pão com dificuldades ensinando os mistérios do be-a-bá a meninos.

Em 1817, o jovem reverendo ituano, Bernardo José⁶, era o mestre régio de primeiras letras em Campinas. As aulas régias de primeiras letras eram então uma criação recente, datando de 1814.

7

Para exercer tal função, o professor deveria saber gramática da língua portuguesa, especialmente ortografia, escrever com "*boa forma*" e ser "*perfeitamente instruído em aritmética*".⁸

A tarefa básica desses professores de primeiras letras era, como o nome já sugere, a alfabetização. Quando os alunos principiavam a ler, deveriam passar a fazer cópias de partes de livros adotados para uso nas escolas de São Paulo.

*"Os livros, que hão de servir para este fim são os seguintes - um impresso para as primeiras lições das letras e suas combinações na formação de sílabas e palavras: o catecismo pequeno do Bispo de Montpellier, recomendado no Alvará de 30 de setembro de 1770, o qual fará depois estudar de cor aos discípulos a fim de se instruírem na doutrina cristã, e principais mistérios de nossa Santa Religião; um compêndio da História de Portugal e das Vidas dos Senhores Reis, nossos Augustos Soberanos; um compêndio das Obrigações Civis do homem nos diferentes Estados, que ocupa no qual (sic) se deduzam os deveres que resultam da sua existência civil já para com Deus, e para com o Soberano, já para consigo e para com os outros homens de per si cujo compêndio deve terminar com as Regras da Civilidade..."*⁹

Depois de aprenderem a obedecer à Igreja e ao Estado, e a ler, era a hora de aprender a escrever. Os professores enfatizavam o ensino da gramática, ortografia e sintaxe da língua portuguesa, utilizando a "*Gramática de Lobato*" e "*Regras d'Ortografia de Pinheiro*". Simultaneamente, os estudos de aritmética seguiam suas lições a partir dos "*Elementos de Besouth*". Nesse ensino básico, o mestre deveria gastar o tempo necessário até que o aluno ficasse apto a ler e escrever perfeitamente, segundo as regras da ortografia, e as quatro operações da

açúcar em São Paulo no período colonial", *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1967, p.109-277; EISENBERG, Peter Louis, *Homens esquecidos*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1988.

⁴ Cf: QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de, "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial". In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1967, p. 237.

⁵ Censos de Campinas (C.C.), 1806, 1ª Cia, fogo 39.

⁶ C.C., 1817, 1ª Cia, fogo 13.

⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Sistema de casamento no Brasil colonial*, São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984, p. 177.

⁸ MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e, "Memória econômico política da Capitania de São Paulo". In: *Anais do Museu Paulista*, tomo XV, São Paulo, 1961, p. 170.

⁹ Idem, p. 171, 172.

aritmética, incluindo problemas simples de contas mercantis. Tudo isso seria incompleto se o aluno não tivesse os conhecimentos da doutrina cristã.

A jornada de estudo diário não era das mais leves e o calendário escolar era balizado pelo calendário eclesiástico.

*"Como todos os exercícios das primeiras letras se fazem na aula, deve o tempo dela durar três horas de manhã e três de tarde, em todo o ano, não tendo os discípulos senão um mês de férias grandes em janeiro, e quinze dias pela Páscoa da Ressurreição e outros tantos pela do Espírito Santo, não tendo em todo o decurso do ano outros feriados se não os três dias imediatos depois da domingo da quinquagésima e as quintas feiras de cada semana, se nela não houver algum dia que a Igreja manda santificar"*¹⁰

Esse sistema excluía grande parte dos alunos em potencial porque em um lugar cuja economia era essencialmente agrícola, os meninos e adolescentes das famílias pobres tinham a obrigação de ajudar seus pais nas plantações. Para os que conseguiam estudar, depois de aprender as primeiras letras estavam aptos a seguir seus estudos matriculando-se na aula de gramática latina, grega e retórica, cujas aulas tinham um período de duração de duas horas de manhã e duas à tarde e seu calendário era mais racional, levando-se em conta as mudanças do clima. Nesse caso, as "férias maiores" aconteciam no verão, nos meses de dezembro e janeiro. Dos poucos que freqüentavam as aulas de primeiras letras, uma parcela ainda menor continuava a estudar.

O salário dos professores das aulas régias era pago com recursos obtidos com o "subsídio literário", imposto que incidia sobre a carne verde, aguardente e outros produtos. Em "Desclassificados do ouro", Laura de Mello e Souza afirma que o recolhimento do subsídio literário era feito por contratadores e que uma vez satisfeitas as necessidades da coroa para pagamento dos professores, guardavam o excedente para si. Segundo Eschwege, os recursos arrecadados para o pagamento dos mestres régios passavam por vários descaminhos.¹¹

Em sua memória de fim de governo em 1802, o governador de São Paulo, Castro e Mendonça, afirmou que o subsídio literário era muito "*diminuto*", o que impedia a criação das cadeiras de Aritmética, Geometria e Trigonometria recomendadas por Sua Alteza Real.¹²

Certamente, muito gado foi abatido e muita cachaça consumida, proporcionando recursos mais que suficientes para financiar a educação. Entretanto, a vida de um professor de primeiras letras não era fácil. Arrecadação havia mas os salários dos mestres eram parcos.

"Além de receberem baixos ordenados e de sofrerem atrasos no seu pagamento, os mestres de primeiras letras viam-se por vezes sem recursos quando chegavam à

¹⁰ Idem, p. 73.

¹¹ SOUZA, Laura de Mello e, **Desclassificados do ouro**, 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 130; ESCHWEGE, W. C. von, **Journ. von Bras. II**, apud, SAINT HILAIRE, Auguste de, **Viajem à Província de São Paulo**, Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 79.

¹² Documentos Interessantes (DI) , vol 44, p. 153.

velhice e não podiam mais trabalhar, pois, quando os anos de serviço não justificavam a jubilação, eles eram simplesmente demitidos. (...) Encontrando-se assim os mestres numa situação, além de miserável, precária, não causa espanto que esta ocupação fosse substituída por outra tão logo achavam atividade mais rendosa. O baixo ordenado levava ao abandono dos cargos" ¹³

Joaquim José de Farias ¹⁴, professor de primeiras letras em Campinas no ano de 1825, tinha uma remuneração superior a das costureiras, alfaiates, quitandeiros, camaradas de tropa e sapateiros, mas inferior a carpinteiros, caixeiros, ourives, músicos e caldeireiros.¹⁵ Ao final daquele ano, relatou aos recenseadores ter recebido com seu trabalho uma renda de apenas 55\$000 réis.

Essa situação não era coisa nova já naquele tempo.

"Para ensinar uma criança a ler e escrever, Antonio Pereira da Costa se contenta com meia pataca ao mês. Oitocentos réis pelo ensino de dois rapazes durante três meses recebe Diogo Mendes Rodrigues em 1670. Mais vale ser mestre de música." ¹⁶

O governo tentava, ainda que de forma precária, estabelecer o ensino público. Mas o alcance dessa iniciativa era muito limitado, restringindo-se aos centros urbanos mais importantes, excluindo a maior parte da população que vivia no campo.

Maria Beatriz Nizza da Silva constatou pela análise dos efetivos escolares da Capitania de São Paulo que o número de frequentadores das aulas gratuitas era bastante reduzido, o que a levou a supor que o número de pessoas que assistiam aulas particulares fosse ainda menor. ¹⁷

Em Campinas, por volta de 1837, as aulas régias andavam desprestigiadas mas, ao contrário da hipótese sugerida por Nizza da Silva para a Capitania, existiam várias escolas particulares. Para saber o motivo da baixa frequência nas aulas régias, a Câmara Municipal promoveu uma enquete entre pais de alunos. Segundo os pais, na escola pública as crianças *"não mostravam adiantamento"* e *"o menino não tem sujeição alguma"*, ou seja, consideravam o ensino público ruim e falho na parte disciplinar. ¹⁸

Essa realidade, produziu um mundo onde saber ler e escrever era, por si só, um fator de diferenciação entre os homens. E entre os homens e as mulheres.

Dentre os poucos "iniciados" nessa arte, as mulheres mal se faziam representar. Coisas do costume. A primeira escola pública feminina de Campinas, cuja primeira turma teve vinte oito

¹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, **Cultura no Brasil colônia**, Petrópolis: Vozes, 1981, p. 126, 127.

¹⁴ C.C., 1825, 1ª Cia, fogo 110.

¹⁵ Censo de Campinas, 1825.

¹⁶ MACHADO, Alcântara, **Vida e morte do bandeirante**, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 101.

¹⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, **Sistema de casamento no Brasil colonial**, São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984, p. 183.

¹⁸ MARIANO, Julio, **Campinas de ontem e anteontem**, Campinas: Maranata, 1970, p. 18 - 20.

alunas, foi criada apenas em 1844.¹⁹ Desde pequenas, as crianças recebiam uma educação diferenciada pelo sexo.

*"As meninas aprendiam a coser e a bordar, assim como outras tarefas domésticas, enquanto os meninos se iniciavam nas primeiras letras, embora muitos já fossem colocados em casa de artesãos para aprender um ofício."*²⁰

Essa distinção na educação de meninos e meninas, é muito clara nas listas das despesas com um casal de netos da senhora de engenho Ana Batista de Matos ²¹, incluída em seu inventário. As listas cobriam os anos de 1841 e 1842 em vários meses, separando os gastos de Manoel de 10 anos e Maria Angélica de 12 anos, órfãos de Joaquim Marcelino de Moraes Sales. O falecido tinha ainda um filho ilegítimo de nome Francisco, que tudo indica ter sido esquecido na divisão dos bens. Entre outros gastos, principalmente com roupas, Manoel freqüentou aulas particulares de março a dezembro de 1841, e de fevereiro a abril de 1842, cujas mensalidades eram de 1\$000 réis. O inventário anotou também que o menino teve aulas particulares entre abril de 1839 e maio de 1840, pela mesma mensalidade.

As despesas de Maria Angélica concentraram-se em roupas, sapatos, um par de brincos de ouro, um balaio para costuras, remédios e nada de aulas. Entre 1841 e 1842, a menina foi assistida pelo cirurgião Gomide e pelo Dr. Pedro, indicando que sua saúde era um tanto delicada. Aulas para o menino, costura para a menina. Para a época, tudo estava em seu lugar.

Até falecer em 1846, o Capitão Rafael de Oliveira Cardoso ²² havia sido senhor de engenho e tropeiro, encerrando sua carreira como cafeicultor. Em seu testamento, determinou que metade de sua terça fosse para seus netos Joaquina e Cândido, filhos de Antonio Luis de Oliveira que era viúvo. Cândido vivia na casa de seu cunhado Antonio da Costa Machado, no Bairro do Jaguari, aprendendo a ler e escrever com um mestre distante uma légua (aproximadamente 6 Km) de onde morava. Como Cândido não tivesse ainda 12 anos, seu pai solicitou que se desse ao menino como sua parte na terça, um cavalo para amenizar as diárias idas e voltas da aula.

Meninos privilegiados Manoel e Cândido, porque suas famílias se preocupavam com sua educação e podiam pagá-la. No campo, entre a gente mais simples, o aprendizado começava cedo, e era democrático. Tanto meninos como meninas, sabiam muito bem o que era uma enxada.

Os inventários permitiram perceber que a população livre de Campinas era constituída em sua maioria por analfabetos. Em 1836, Daniel Pedro Müller ²³ registrou que apenas 205 pessoas

¹⁹ Idem, p. 20.

²⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da, **Sistema de casamento no Brasil colonial**, ... , p. 174.

²¹ Inventário, Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, 1º Ofício, caixa 89, 2068, 1836.

²² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 110, 2585, 1846.

²³ MÜLLER, Daniel Pedro, **Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo**, 3ª edição facsimilada, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978, p. 57.

sabiam ler e escrever. Famílias inteiras desconheciam o segredo das letras, incluindo mesmo famílias de senhores de engenho.²⁴

Era comum a viúva ser a inventariante quando o marido falecia. Com raras exceções, essas mulheres eram sempre analfabetas.

Maria Joaquina de Camargo, Ana Francisca de Campos, Maria Joaquina da Silva e Gertrudes Maria Machado, eram esposas de senhores de engenho, todas analfabetas.²⁵

Gertrudes Maria de Jesus, viúva e inventariante do agricultor Vicente José Ferraz²⁶, assinou seu nome quando necessário no decorrer do processo do inventário. A assinatura saiu um tanto trêmula é verdade, mas foi o suficiente para confundir o escrivão, tão acostumado com o analfabetismo feminino.

"... e para constar mandou o dito juiz lavrar auto de inventário que assinou e pela inventariante não saber escrever, digo, que assinou com a inventariante..."

É possível que Gertrudes fosse analfabeta mas não permitiu que nenhum terceiro assinasse em seu lugar.

Se não era raro encontrar analfabetos entre filhos de senhores de engenho, era entre eles que podiam ser encontrados boa parte dos que sabiam ler e escrever.

Quando o Tenente e senhor de engenho Pedro Antonio de Oliveira²⁷ foi assassinado por um de seus escravos, seu filho Antonio Manoel de Oliveira foi seu inventariante, sabendo ler e escrever. Todos os filhos do senhor de engenho, o Alferes José de Campos Penteado²⁸, sabiam ler e escrever.

Entre os pequenos agricultores, poucos eram os alfabetizados.

Afora sua viúva, Dionísia Furquim de Campos que era analfabeta, os filhos e netos mais velhos (de ambos os sexos o que era ainda mais raro) do agricultor Germano Bueno de Camargo²⁹ sabiam ler e escrever. Em situação oposta, estavam os filhos dos agricultores Rosa Maria Cardoso, Inácio José de Moraes e Francisco Bueno³⁰, que eram analfabetos.

²⁴ STEIN, Stanley J. Em **Vassouras, um município brasileiro do café – 1850/1900**, Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1990, p. 49, observou um grande número de fazendeiros analfabetos naquela localidade durante a primeira metade do século XIX.

²⁵ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 54, 1389, 1831; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 120, 2730, 1848; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 37, 1826; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 49, 1267, 1829.

²⁶ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 17, 477, 1817.

²⁷ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 109, 2543, 1845.

²⁸ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 155, 3284, 1860.

²⁹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 31, 830, 1824.

³⁰ Respectivamente: Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 22, 610, 1825; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 23, 613, 1821; Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 18, 519, 1818.

O consumo de livros em Campinas era mínimo a julgar por sua quase total ausência nos inventários. Um dos raros casos foi o do Dr. José Barbosa da Cunha ³¹, que possuía em sua casa os seguintes livros e suas avaliações: **Ordenações do Reino e seu reportório em 5 anos** - 20\$000 réis, **Manual prático** - \$640 réis, **Considerações médicas** - \$640 réis, 3 tomos de **Comentários de Ordenação de Silva** - \$640, **Tesouro de Pensamentos** \$640, 8 livros pequenos de quarto - 2\$560, **Farmacopéia** - \$640, 1 livro de Teologia - \$640, 1 livro de Teologia prática - \$640, 1 livro de Manoel Gonçalves da Silva (autor ?) - 1\$000. Divididos basicamente em 4 assuntos: leis, teologia, saúde e lazer, seria um exagero chamar de biblioteca um grupo de 19 livros mas com certeza era um luxo para a época.

Cinco anos depois, em 1812, faleceu a viúva de Barbosa da Cunha, Clara Rita de Sousa ³², deixando também alguns livros: 4 volumes de Manoel Gonçalves - 4\$000 réis, **Considerações cândidas imparciais sobre a natureza do açúcar** - \$640 réis, 1 livro velho **Breve resumo para a instrução e direção dos ordenandos** - \$160 réis, 1 livro em espanhol de geografia - \$120, 1 livro em espanhol **Davi perseguido** - \$200 réis, **Comentário e construção literal de todas as obras de Horácio** - \$480 réis, 1 livro de Virgílio - \$240, **Considerações médicas** - 1\$280 réis (citado antes pela metade da avaliação), 1 livro em espanhol **El gran hijo de David** - \$100 réis, **Nobiliarquia portuguesa** - 1\$000 réis, **Cirurgia reformada** (sem capa e velho) - \$240 réis, **Davi perseguido** 2ª parte - \$100 réis, **Semana Santa** (sem capa) - \$80 réis. Predominando as leituras piedosas, é interessante destacar a presença de uma obra de Virgílio e um comentário sobre as obras de Horácio e um título sobre o açúcar.

A escassez no consumo de livros refletia a escassez de leitores.

Ao relatar o extravio de dois "caixões de livros" em 1802, o governador Castro e Mendonça ponderava que quase todos os livros recebidos anteriormente do Rio de Janeiro ainda estavam por ser vendidos, ou seja, estavam encalhados. Para não ficar com tantos livros, Mendonça passou a doá-los pois previa que os mesmos continuariam sem compradores, sugerindo que assim os livros poderiam cumprir sua função de instrução.³³

Entre os 34 títulos disponíveis, havia 14 voltados a temas agrícolas como por exemplo: **Açúcares do Rio, Considerações cândidas sobre o açúcar, Cultura da canela de Goa, Cultura do cravo girofe, Culturas do linho cânhamo, Fazendeiro do Brasil** (que trata do cultivo da cana), **Memórias dos algodoeiros por Arruda**, etc. Se não havia interesse nessas obras em uma Capitania eminentemente agrícola, que dizer dos demais títulos como: **Canais de Fulton, Canto**

³¹ Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 4, 99, 1807.

³² Inv, CMU, TJC, 1º Of, cx. 9, 272, 1812.

³³ D.I. , vol 30, pp. 146 - 149.

heróico, Carnot, Helmitologias portuguesas com estampas pretas, Quinografias com estampas iluminadas e até mesmo, Ciência das sombras e Artes de se fazer cola.

Faltava pois, um "pouco mais" de planejamento e profissionalismo, para não dizer interesse, para com as coisas da cultura por parte das autoridades ou, como é comum ouvirmos atualmente, havia falta de vontade política para resolver o problema. Em resumo, o acesso à educação era um privilégio para poucos na primeira metade do século XIX. Campinas não foi exceção.